

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL
N.º CPI/01/DGE/2020**

CADERNO DE ENCARGOS

**Locação de transportes com condutor para alunos e professores, para eventos nacionais
do Desporto Escolar**

**(Classificação CPV: 60172000-4 PA01-7- Aluguer de autocarros e autocarros de turismo
com condutor)**

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por Concurso Público com Publicitação Internacional que tem por objeto principal a locação de transportes com condutor para alunos e professores, para eventos nacionais organizados pela Direção-Geral da Educação, nomeadamente pela Divisão do Desporto Escolar, segundo as especificações previstas no n.º 2 da presente cláusula.
2. Destacam-se os seguintes eventos:
 - 2.1. Taça DE/UNICEF, a realizar em Melgaço, de dia 29 a 31 de maio de 2020:
 - 2.1.1. **Lote 1 CRDE Norte TDE:** 7 autocarros (percurso completo);
 - 2.1.2. **Lote 2 CRDE Centro TDE:** 6 autocarros (percurso completo);
 - 2.1.3. **Lote 3 CRDE Lisboa e Vale do Tejo TDE:** 7 autocarros;
 - 2.1.4. **Lote 4 CRDE Alentejo TDE:** 3 autocarros (percurso completo);
 - 2.1.5. **Lote 5 CRDE Algarve TDE:** 1 autocarros (percurso completo).
 - 2.2. CNE Iniciados, a realizar em Loulé, de dia 8 e 10 de maio de 2020:
 - 2.2.1. **Lote 6 CRDE Norte CNE_I:** 9 autocarros (percurso completo) + 3 autocarros (percurso curto - Entende-se por percurso curto, o percurso efetuado entre os vários concelhos da região, com o objetivo de transportar participantes dos vários agrupamentos de escolas para um local dessa região, onde se encontra o autocarro principal que os irá levar ao evento e vice versa no dia da chegada, doravante designado unicamente por percurso curto);
 - 2.2.2. **Lote 7 CRDE Centro CNE_I:** 8 autocarros (percurso completo) + 2 autocarros (percurso curto);

- 2.2.3. **Lote 8 CRDE Lisboa e Vale do Tejo CNE_I:** 10 autocarros + 3 autocarros (percurso curto);
- 2.2.4. **Lote 9 CRDE Alentejo CNE_I:** 7 autocarros + 1 autocarro (percurso);
- 2.2.5. **Lote 10 CRDE Algarve CNE_I:** 7 autocarros + 1 autocarro (percurso curto).
- 2.3. CNE juvenis e atividades náuticas, a realizar em Viana do Castelo e Caminha, de dia 5 a 8 de junho de 2020:
- 2.3.1. **Lote 11 CRDE Norte CNE_J_AN:** 8 autocarros (percurso completo) + 3 autocarros (percurso curto);
- 2.3.2. **Lote 12 CRDE Centro CNE_J_AN:** 8 autocarros (percurso completo) + 2 autocarros (percurso curto);
- 2.3.3. **Lote 13 CRDE Lisboa e Vale do Tejo CNE_J_AN:** 9 autocarros (percurso completo) + 3 autocarros (percurso curto);
- 2.3.4. **Lote 14 CRDE Alentejo CNE_J_AN:** 6 autocarros (percurso completo) + 1 autocarros (percurso curto);
- 2.3.5. **Lote 15 CRDE Algarve CNE_J_AN:** 6 autocarros (percurso completo) + 1 autocarros (percurso curto);
3. O transporte será efetuado desde os locais de origem dos alunos e dos professores [de norte a sul do território nacional] até aos locais onde decorrem os vários eventos. O percurso inverso também terá de ser assegurado, tanto no percurso longo como no percurso curto. Para efeito de formação de preço deverão os concorrentes considerar o maior percurso possível, isto é, do concelho mais distante de cada região (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) até ao local dos eventos (Melgaço, Loulé; Viana do Castelo e Caminha) bem como as paragens do número seguinte.
4. O número previsível de paragens de cada autocarro, ao longo do percurso (da origem aos locais dos eventos) é até 6 paragens.
5. A hora de chegada aos locais dos eventos está prevista entre as 16h00m e as 18h00m do 1.º dia de cada evento. Ao longo do dia serão feitos vários transportes dos alunos, nomeadamente entre os locais dos eventos e os locais de dormida, com a duração até à 01h00, do 2.º dia do evento.
6. O início do transporte dos alunos, dos locais de dormida para os locais dos eventos, nos restantes dias do evento está previsto para as 07h30m.
7. A hora de saída dos locais dos eventos para os destinos de origem está prevista da seguinte forma:

7.1. Taça DE/UNICEF:

- 7.1.1. Lote 1 CRDE Norte TDE - a partir das 17h do dia 30 de maio de 2020;
- 7.1.2. Lote 2 CRDE Centro TDE - a partir das 17h do dia 30 de maio de 2020;

7.1.3. Lote 3 CRDE Lisboa e Vale do Tejo TDE - a partir das 9h do dia 31 de maio de 2020;

7.1.4. Lote 4 CRDE Alentejo TDE - a partir das 9h do dia 31 de maio de 2020;

7.1.5. Lote 5 CRDE Algarve TDE - a partir das 9h do dia 31 de maio de 2020.

7.2. CNE Iniciados:

7.2.1. A hora de saída do local do evento para os destinos de origem está prevista para as 15h00 do dia 10 de maio de 2020.

7.3. CNE juvenis e atividades náuticas:

7.3.1. Lote 11 CRDE Norte CNE_J_AN - a partir das 18h do dia 7 de junho de 2020;

7.3.2. Lote 12 CRDE Centro CNE_J_AN - a partir das 18h do dia 7 de junho de 2020;

7.3.3. Lote 13 CRDE Lisboa e Vale do Tejo CNE_J_AN - a partir das 8h30 do dia 8 de junho de 2020;

7.3.4. Lote 14 CRDE Alentejo CNE_J_AN - a partir das 8h30 do dia 8 de junho de 2020;

7.3.5. Lote 15 CRDE Algarve CNE_J_AN - a partir das 8h30 do dia 8 de junho de 2020.

8. Para o transporte realizado entre a origem e o local dos eventos serão necessários 2 motoristas para todas as CRDE, com exceção da CRDE que recebe o evento, a qual necessitará de 1 motorista.
9. Todos os autocarros deverão ter a capacidade de 55 lugares.
10. As viaturas têm de ficar ao dispor da organização durante a realização dos eventos.
11. Os contatos dos motoristas e as respetivas matrículas dos autocarros deverão ser disponibilizados com 48h antes do dia da partida.
12. Durante os eventos mencionados no ponto 2. Da cláusula 1.^a deverá estar presente em permanência um elemento pertencente à entidade adjudicatária, de modo a coordenar e articular com a comissão de transportes da entidade adjudicante todas as questões relacionadas com os mesmos;
13. As despesas com os motoristas e respetivos alojamentos, com portagens e parques de estacionamento ficam a cargo do adjudicatário.
14. O percurso exato será disponibilizado 5 dias antes da realização dos eventos.

Cláusula 2.^a

Forma e documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito e composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - b) O presente caderno de encargos;

- c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.
 5. Além dos documentos referidos no n.º 2, o adjudicatário obriga-se igualmente a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3.ª

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 4.ª

Duração do contrato

1. O contrato que vier a ser celebrado produzirá os seus efeitos a partir do dia 8 de maio de 2020 e vigorará até ao dia 8 de junho de 2020.
2. Excetua-se do prazo estabelecido no número um da presente cláusula, as obrigações acessórias que, nos termos legais ou contratuais, devam subsistir para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Preço base global do procedimento

1. O preço base global, para efeitos do presente procedimento, corresponde a 269.254,72€ (duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), ao qual irá acrescer o IVA, à taxa legal em vigor, se aplicável e descrito.
2. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de preço mais baixo/custo.

Cláusula 6.^a

Preço base por lotes

1. O preço base indicado na cláusula anterior terá a seguinte distribuição por lotes:
 - **Lote 1 CRDE Norte TDE:** 11.424,53€ (onze mil e quatrocentos e vinte e quatro euros e cinquenta e três cêntimos);
 - **Lote 2 CRDE Centro TDE:** 9.792,45€ (nove mil, setecentos e noventa e dois euros e quarenta e cinco cêntimos);
 - **Lote 3 CRDE Lisboa e Vale do Tejo TDE:** 17.136,79€ (dezassete mil, cento e trinta e seis euros e setenta e nove cêntimos);
 - **Lote 4 CRDE Alentejo TDE:** 7.344,34€ (sete mil, trezentos e quarenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos);
 - **Lote 5 CRDE Algarve TDE:** 2.448,11€ (dois mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e onze cêntimos);
 - **Lote 6 CRDE Norte CNE_I:** 23.985,85€ (vinte e três mil, novecentos e oitenta e cinco e oitenta e cinco);
 - **Lote 7 CRDE Centro CNE_I:** 20.886,79€ (vinte mil, oitocentos e oitenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos);
 - **Lote 8 CRDE Lisboa e Vale do Tejo CNE_I:** 26.433,96€ (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e três euros e setenta e quatro cêntimos);
 - **Lote 9 CRDE Alentejo CNE_I:** 17.787,74€ (dezassete mil, setecentos e oitenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos);
 - **Lote 10 CRDE Algarve CNE_I:** 17.787,74€ (dezassete mil, setecentos e oitenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos);
 - **Lote 11 CRDE Norte CNE_J_AN:** 21.537,74€ (vinte e um mil, quinhentos e trinta e sete euros e setenta e quatro cêntimos);
 - **Lote 12 CRDE Centro CNE_J_AN:** 20.886,79€ (vinte mil, oitocentos e oitenta e seis euros e setenta e nove cêntimos);
 - **Lote 13 CRDE Lisboa e Vale do Tejo CNE_J_AN:** 31.330,19€ (trinta e um mil, trezentos e trinta euros e dezanove cêntimos);
 - **Lote 14 CRDE Alentejo CNE_J_AN:** 20.235,85€ (vinte mil, duzentos e trinta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos);
 - **Lote 15 CRDE Algarve CNE_J_AN:** 20.235,85€ (vinte mil, duzentos e trinta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos).

Cláusula 6.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela DGE no âmbito do contrato serão pagas nos termos indicados na proposta adjudicada, com as condições constantes nos números seguintes.
2. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 60 dias após a receção, pela DGE, das respetivas faturas, as quais apenas podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. As faturas apresentadas a pagamento devem apresentar expressamente o percurso realizado.
4. Não são, em caso algum, concedidos adiantamentos.
5. Em caso de discordância por parte da DGE, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. As faturas devem ser emitidas em nome da entidade adjudicante e deverá conter obrigatoriamente o n.º de compromisso por si gerado, nos termos da lei, bem como descrever as datas do evento e o percurso realizado.
7. Desde que regularmente emitidas, e observado o disposto nos números precedentes, as faturas são pagas através do NIB indicado em ficha de fornecedor.

Cláusula 7.^a

Local e forma de prestação de serviços

1. Os locais da prestação de serviços são os definidos no ponto 2 da 1.^a cláusula.
2. Dada a natureza dos serviços que se pretendem adquirir no âmbito do presente procedimento, encontra-se genericamente dispensada a prestação dos mesmos nas instalações da Direção-Geral da Educação, sem prejuízo das situações que pontualmente possam implicar a necessidade de deslocação da entidade adjudicatária às instalações da DGE.

Cláusula 8.^a

Obrigações do adjudicatário

São obrigações do adjudicatário, além de outras decorrentes do estabelecido nas peças do presente procedimento e na legislação aplicável, os que seguidamente se enunciam e que devem ser objeto de cláusulas específicas a incluir no contrato a celebrar:

- a) Assegurar a prestação de serviços, conforme definido no presente caderno de encargos e seus anexos, bem como nos demais documentos contratuais;

- b) Comunicar, antecipadamente, à DGE qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação de qualquer dos serviços objeto do presente procedimento, ou implique o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Não alteração das condições subjacentes à prestação de serviço acordada entre as partes, através da celebração de contrato escrito entre as mesmas, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- d) Assegurar todos os meios humanos e materiais que se demonstrem necessários e indispensáveis à execução do contrato;
- e) Assegurar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes às condições em que a prestação dos serviços será executada, disponibilizando todos os esclarecimentos que se justifiquem e no prazo indicado pela DGE;
- f) Não cessão da sua posição contratual, sem prejuízo do disposto na cláusula 14.^a do presente caderno de encargos;
- g) Comunicar qualquer facto que, ocorrendo durante a execução do contrato, se demonstre relevante para a normal prestação dos serviços e para a execução contratual, nomeadamente, a alteração da denominação social ou dos seus representantes legais.

Cláusula 9.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos similares.
2. Caso a DGE venha a ser demandada por ter infringido, em resultado da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 10.^a

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 11.ª

Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações de que venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da DGE, em virtude da prestação de serviços objeto do presente contrato.
2. Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª

Regulamento de Proteção de Dados

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito ou para efeitos da prestação dos Serviços, nomeadamente, dados pessoais de clientes, trabalhadores, colaboradores e prestadores de serviços da DGE.
2. As partes reconhecem e aceitam que, relativamente a todos os dados pessoais a que O adjudicatário tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela DGE para efeitos da prestação dos Serviços:
 - a) A DGE atuará na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), determinando as finalidades e os termos do tratamento desses dados pelo adjudicatário;
 - b) O adjudicatário atuará na qualidade de entidade subcontratante (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), tratando os dados pessoais em estrita observância das instruções da responsável pelo tratamento desses dados;
 - c) Entende-se, para este efeito, que tratamento de dados pessoais são as operações, com ou sem recurso a meios automatizados, efetuadas sobre os dados pessoais dos trabalhadores da DGE, incluindo a recolha, o registo, a organização, o armazenamento, a adaptação ou a alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, a transferência e/ou a disponibilização a terceiros, o alinhamento, a combinação, o bloqueamento, o apagamento e a destruição dos dados supra referidos;

3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela responsável dos tratamentos de dados ao abrigo do presente Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por aquela responsável ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.
4. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente Contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Tratá-los apenas de acordo com as instruções da DGE, única e exclusivamente, para efeitos da presente prestação dos serviços, cumprindo-se as obrigações estatuídas sobre proteção de dados;
 - b) Prestar à DGE toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente Contrato e manter a DGE informada em relação ao tratamento de dados pessoais;
 - c) Prestar assistência à DGE, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar as obrigações referentes à notificação de violações de dados pessoais, designadamente através da comunicação sempre que possível até 72 horas subsequentes ao conhecimento (da ocorrência) de qualquer violação de dados pessoais que ocorra, prestando ainda colaboração à DGE na adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei;
 - d) Colaborar com a DGE tendo em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível adotar as medidas técnicas e organizativas referidas nesta Cláusula, onde se incluem a cifragem ou a pseudonimização aos dados pessoais para reduzir os riscos para os titulares de dados em questão, não excluindo outras eventuais medidas de proteção de dados, e permitindo-se que estas cumpram a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício, por estes, dos seus direitos nos termos da lei;
 - e) Não comunicar dados pessoais a terceiros e a prestadores de serviços não autorizados ou não indicados pela DGE;
 - f) Consoante a escolha da DGE ou do titular eliminar ou devolver os dados pessoais no momento da cessão do Contrato, apagando quaisquer cópias existentes, exceto se a conservação ou a transmissão dos dados for exigida por lei;
 - g) Manter registos das atividades de tratamento de dados realizadas em nome da DGE ao abrigo do presente Contrato, segundo os requisitos previstos na lei;

- h) Cumprir todas as demais disposições legais no que respeita ao registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais previstas na lei;
 - i) Não os transferir para fora do Espaço Económico Europeu, sem o consentimento prévio por escrito da responsável pelo tratamento dos dados;
 - j) Disponibilizar ao responsável pelo tratamento dos dados todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na lei no respetivo âmbito e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;
 - k) Assegurar que o pessoal autorizado a tratar de dados pessoais assume um compromisso de confidencialidade e que conhece e se compromete a cumprir todas as obrigações aqui previstas.
5. O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da DGE contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O adjudicatário concorda com o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do presente Contrato será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo adjudicatário.
8. O adjudicatário obriga-se a comunicar ao responsável pelo tratamento dos dados qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.
9. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a DGE vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis e ao disposto no presente Contrato, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.
10. O adjudicatário, fica autorizado a recorrer à subcontratação de um terceiro para colaboração na prestação dos serviços, obrigando-se, porém, a assegurar que o mesmo cumprirá o disposto na legislação aplicável, devendo tal obrigação constar de contrato

escrito que, para o efeito, se obriga a celebrar com esse terceiro, e bem assim assegurando-se o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 e demais legislação aplicável relativa a Dados Pessoais, vinculando suas ações à essência, natureza e finalidades da presente disposição contratual, no estrito cumprimento do dever de sigilo e de confidencialidade.

- 11.O adjudicatário, sempre que a DGE receber um pedido de acesso ou retificação de dados pessoais ou uma oposição ao seu tratamento por parte dos seus titulares dos dados, deverá prestar assistência à responsável pelo tratamento dos dados através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares, tendo em vista o exercício dos seus direitos legais.

Cláusula 13.^a

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial;
 - c) Ato administrativo da entidade adjudicante, desde que fundamentadas e supervenientes razões de interesse público o justifique.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 14.^a

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da DGE.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve, sem prejuízo do que também for legalmente devido:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A DGE apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

3. Prevê-se a possibilidade de cessão da posição contratual, de acordo com o previsto no artigo 318.º-A do CCP.

Cláusula 15.ª

Resolução do Contrato

1. O incumprimento por uma das partes dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos previstos no regime jurídico aplicável, à outra parte, o direito a resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais e dos demais fundamentos gerais de resolução do contrato legalmente previstos.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se existir incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação nos dias indicados na cláusula 1.ª.
3. A resolução será efetuada mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, enviada com a antecedência mínima de 10 dias úteis.

Cláusula 16.ª

Sanções por incumprimento dos níveis de serviço

1. No caso do adjudicatário não cumprir, por razões que lhe sejam imputáveis, objeto do presente caderno de encargos, nos dias estipulados, a entidade adjudicante poderá aplicar-lhe, por cada incumprimento, uma sanção pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
2. O pagamento das eventuais penalidades em que o adjudicatário incorra será deduzido do valor líquido da faturação da segunda outorgante.
3. As sanções pecuniárias aplicadas não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
4. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da segunda outorgante ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da segunda outorgante, na parte em que intervenham;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela segunda outorgante de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
 - d) Manifestações populares resultantes do incumprimento, pela segunda outorgante, de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da segunda outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da segunda outorgante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar de imediato tais situações à outra parte, por qualquer meio escrito, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária deverão ser efetuadas por escrito, através de correio, correio eletrónico ou de telecópia, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificado no contrato, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato, mesmo que pontuais ou temporárias, devem ser comunicadas de imediato e por escrito à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data; se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 20.^a

Notificação da adjudicação e minuta do Contrato

A minuta do contrato será remetida, após a adjudicação, ao concorrente a quem for adjudicada a prestação do serviço, para sobre ela se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aprovada.

Cláusula 21.^a

Celebração do contrato

O contrato será celebrado de acordo com o disposto nos artigos 94.º e 96.º do CCP.

Cláusula 22.^a

Fundamentação da decisão do procedimento

O presente procedimento por Concurso Público, com publicitação internacional, é adotado nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes, do CCP e a decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Dr.º João Costa.

Cláusula 23.^a

Legislação e foro competente

1. Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

2. O foro competente para dirimir eventuais litígios emergentes do contrato é o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

O Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação

João Costa